

BRASIL MAIOR

Inovar para competir. Competir para crescer.

Plano 2011/2014

Texto de Referência

BRASIL MAIOR

Inovar para competir. Competir para crescer.

Plano 2011/2014

Texto de Referência

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA





SUMÁRIO

Apresentação	7
1. Orientações Estratégicas	8
2. Dimensões do Plano Brasil Maior	11
3. Organização Setorial do Plano Brasil Maior	26
4. Estrutura Operacional do Plano Brasil Maior	32
5. Objetivos Estratégicos e Metas	35



APRESENTAÇÃO

O Plano Brasil Maior constitui a política industrial, tecnológica, de serviços e de comércio exterior do governo Dilma Rousseff para o período de 2011 a 2014. Com foco no estímulo à inovação e à competitividade da indústria nacional, estabelece as diretrizes para a elaboração de programas e projetos em parceria com a iniciativa privada.

De saída, o Plano propõe uma série de medidas orientadas à desoneração dos investimentos e das exportações, à ampliação do financiamento e aperfeiçoamento do marco regulatório da inovação, ao crescimento de micro e pequenos negócios, ao fortalecimento da defesa comercial, ao aperfeiçoamento dos mecanismos de financiamento e garantias às exportações, à ampliação e criação de regimes especiais para adensamento produtivo e tecnológico das cadeias de valor e à regulamentação da estratégia de compras governamentais.

Ao mobilizar as forças produtivas para inovar, competir e crescer, o Plano busca aproveitar competências presentes nas empresas, na academia e na sociedade, construindo um país mais próspero e inclusivo.

O Plano Brasil Maior integra instrumentos de vários ministérios e órgãos do Governo Federal cujas iniciativas e programas se somam num esforço integrado e abrangente de geração de emprego e renda em benefício do povo brasileiro.

1. ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS

Os fundamentos macroeconômicos e o desempenho da economia brasileira evidenciam que o desafio de conduzir o país a um novo patamar de crescimento sustentado foi bem sucedido. Manter o nível de crescimento no longo prazo, contudo, exige que novos desafios sejam enfrentados.

No âmbito da política de desenvolvimento industrial, tecnológica, de serviços e de comércio exterior para o período 2011/2014, os esforços de mudança de qualidade do crescimento recaem sobre a inovação e a competitividade. Construída a partir do acúmulo de experiências progressas, a nova política usufrui dos avanços obtidos com a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior – PITCE (2003-2007) e a Política de Desenvolvimento Produtivo – PDP (2008-2010). A ampliação da capacidade de diálogo entre o poder público e o empresariado, as melhores condições de coordenação e articulação institucional e a construção de estruturas de formulação, acompanhamento e avaliação de políticas produtivas são legados que serão aproveitados e aperfeiçoados nesse próximo período.

O Brasil reúne de forma única, em escala e diversidade, vantagens que lhe permitem consolidar e acelerar o desenvolvimento em curso. As ameaças externas são conhecidas e exigem cuidado. Porém, a combinação inédita de oportunidades históricas e alicerces sólidos oferece as condições para que o país se prepare para um novo salto de desenvolvimento econômico e social.

Integrando instrumentos de promoção produtiva e apoio a investimentos em inovação e em capital fixo com instrumentos de estímulo ao comércio exterior e à internacionalização das empresas, o Plano Brasil Maior contribui para a construção de atributos competitivos capazes de

viabilizar uma trajetória de crescimento sustentável e inclusivo, puxada pela inovação tecnológica. A inovação e o adensamento produtivo e tecnológico das cadeias de valor são a força-motriz dessa trajetória, que pode levar a uma mudança positiva da posição relativa do país na economia mundial.

As seguintes as orientações estratégicas direcionam as ações do Plano Brasil Maior:

- Promover a inovação e o desenvolvimento tecnológico
- Criar e fortalecer competências críticas da economia nacional
- Aumentar o adensamento produtivo e tecnológico das cadeias de valor
- Ampliar mercados interno e externo das empresas brasileiras
- Garantir um crescimento socialmente inclusivo e ambientalmente sustentável

Contexto atual

Oportunidades:

- Mercado interno grande e dinâmico, com capacidade de sustentar o crescimento mesmo no contexto de crise dos países desenvolvidos
- Condições do mercado de *commodities* no curto e médio prazos, que possibilitam a manutenção do superávit da balança comercial
- Existência de núcleo de empresas inovadoras com capacidade de liderar processo de modernização produtiva

- > Acúmulo de competências científicas com potencial para o desenvolvimento de produtos e serviços de alto conteúdo tecnológico
- > Abundância de recursos naturais, domínio tecnológico e capacidade empresarial em energias renováveis e na cadeia de petróleo e gás
- > Utilização das compras públicas e dos grandes eventos esportivos para alavancar novos negócios e tecnologias

Desafios:

- > Intensificar a progressão tecnológica da indústria de transformação
- > Combater os efeitos da “guerra cambial” e das incertezas do cenário internacional
- > Enfrentar o acirramento da concorrência internacional nos mercados doméstico e externo
- > Acelerar o investimento em infraestrutura física
- > Impulsionar a qualificação profissional de nível técnico e superior, particularmente em engenharias

2. DIMENSÕES DO PLANO BRASIL MAIOR

Prevendo um permanente processo de construção, o Plano estabelece uma série de diretrizes para a elaboração de projetos em parceria com o setor privado e a sociedade civil ao longo dos próximos anos.

As diretrizes setoriais, ordenadas na dimensão estruturante, visam à melhoria da eficiência produtiva, à modernização tecnológica e ao aumento da produtividade da indústria brasileira em escala internacional.

A política também conta com uma dimensão sistêmica, de natureza horizontal e transversal, voltada para o aumento da eficiência econômica agregada da economia e para a evolução de conhecimentos estratégicos em direção à matriz tecnológica mundial.

O Plano está organizado setorialmente em cinco blocos produtivos, que chamam a atenção para características setoriais relevantes e ajudam a ordenar o processo de formulação de propostas temáticas de programas e projetos que envolvam mais de um setor.

A figura na página seguinte sintetiza esse modelo.

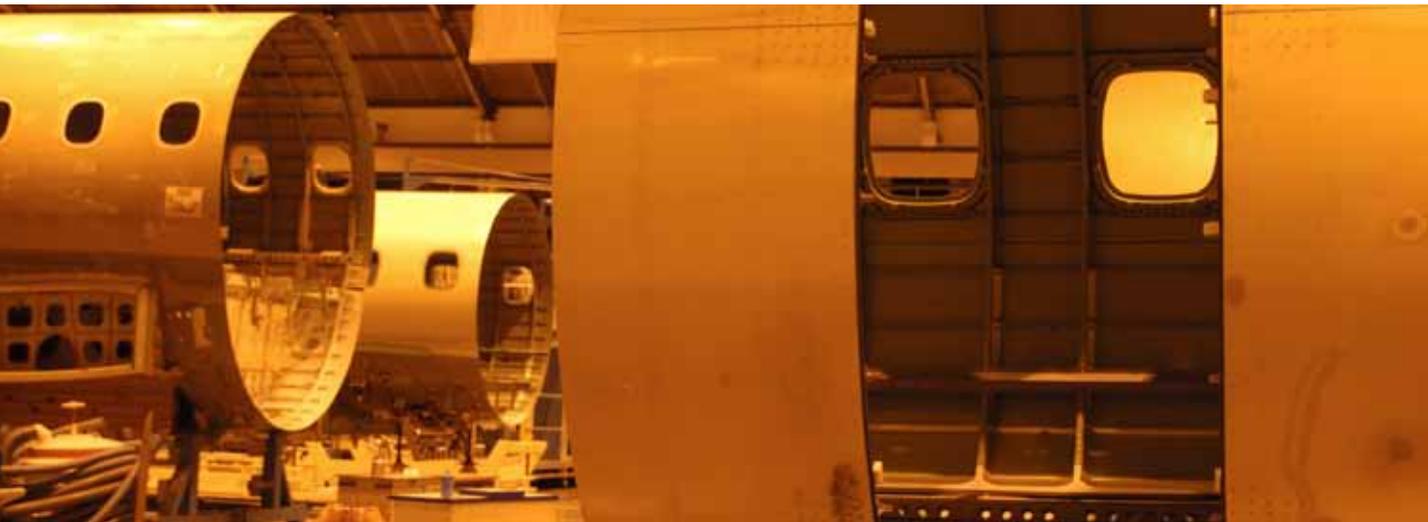
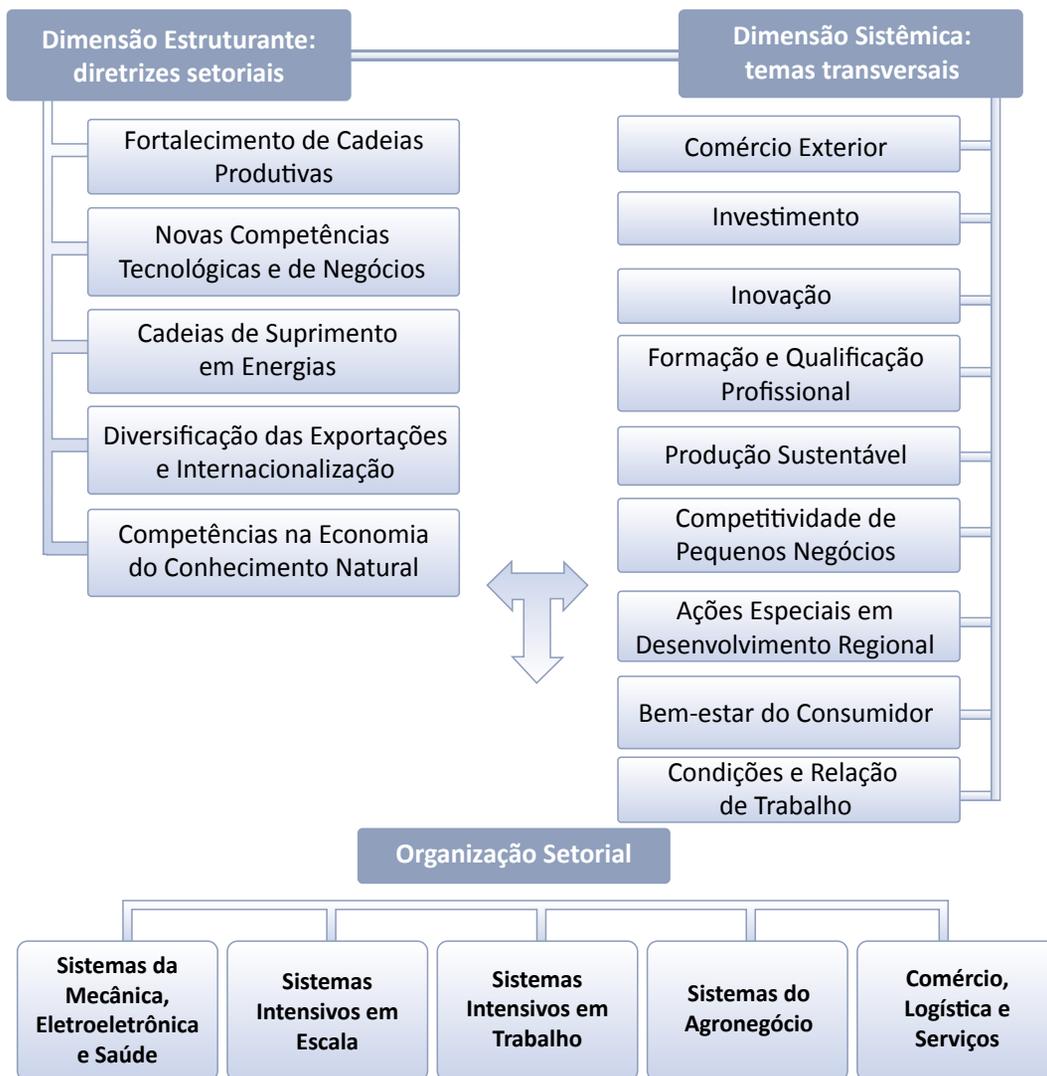


Figura 1: Plano Brasil Maior



2.1 A dimensão estruturante e diretrizes setoriais

A dimensão estruturante do Plano envolve cinco diretrizes que deverão pautar os programas setoriais a serem construídos em parceria com o setor privado e a sociedade civil. De natureza setorial e temática, essas diretrizes estão voltadas para a melhoria da eficiência produtiva, modernização e inovações tecnológicas, organizacionais e corporativas, com vistas ao aumento da competitividade do parque produtivo em escala internacional.

Diretriz Setorial 1 – Fortalecimento das cadeias produtivas: enfrentamento do processo de substituição da produção nacional em setores industriais intensamente atingidos pela concorrência das importações.

Os programas setoriais a serem formulados com base nesta diretriz têm como principal orientação o aumento da competitividade das empresas brasileiras. Buscarão, por um lado, aumentar a eficiência produtiva das empresas nacionais e, por outro, coibir práticas ilegais



e desleais de competição. Os instrumentos a serem utilizados incluem desde a revisão dos procedimentos de Processo Produtivo Básico (PPB) e Tecnologia Industrial Básica (TIB) até esforços de engenharia e arranjos financeiros para aumentar as competências produtivas, tecnológicas, organizacionais e corporativas das empresas. Trata-se de uma mobilização pela defesa da isonomia concorrencial e da capacitação empresarial. As inovações organizacionais e corporativas, que incluem maior articulação entre empresas para a exploração de sinergias de integração vertical, ganhos de escala de fornecimento/distribuição e maior capacidade de gestão, podem ser decisivas para a consolidação da competitividade.

Diretriz Setorial 2 – Ampliação e Criação de Novas Competências Tecnológicas e de Negócios: incentivo a atividades e empresas com potencial para ingressar em mercados dinâmicos e com elevadas oportunidades tecnológicas e uso de poder de compra do setor público para criar negócios intensivos em conhecimento e escala.

No âmbito desta diretriz, a inovação tecnológica cumpre papel fundamental, envolvendo tecnologias intermediárias e de fronteira. Em muitos casos, o esforço de capacitação em novos conhecimentos inclui arranjos corporativos e societários inovadores, mais adequados para enfrentar os riscos e incertezas inerentes ao desenvolvimento de novos produtos e para empreender as atividades de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação. A liderança nos novos espaços competitivos depende, em grande medida, das competências tecnológicas e corporativas já acumuladas e das posições estratégicas ocupadas pelas grandes empresas brasileiras (nacionais e estrangeiras) como âncoras de cadeias produtivas nacionais com significativa presença em cadeias mundiais.



O poder de compras do Estado também se associa a esta diretriz, na medida em que pode ser utilizado como indutor da inovação a partir da exigência de contrapartidas de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). Deve-se focar setores que possuem três atributos decisivos: (i) larga experiência de compras do setor público, que possibilitou um processo de aprendizado expresso num conjunto amplo de normas, portarias, decretos e leis específicas; (ii) dinâmica de acumulação de capital determinada pelas compras públicas, i.e., o peso das compras públicas na demanda setorial influencia as condições de concorrência e a formação de preços dos fornecedores; e (iii) programas públicos de grande escala, que abrem oportunidades tecnológicas e de negócios que possibilitam o fortalecimento corporativo das empresas de capital nacional e maior enraizamento de empresas estrangeiras.

Diretriz Setorial 3 – Desenvolvimento das Cadeias de Suprimento em Energias: aproveitamento de oportunidades ambientais e de negócios na área de energia, para que o país ocupe lugar privilegiado entre os maiores fornecedores mundiais de energia e de tecnologias, bens de capital e serviços associados.

Para o Brasil, interessa não apenas desenvolver a oferta de energia, mas também uma robusta indústria fornecedora de bens de capital, insumos e serviços especializados que aproveite a oportunidade da

produção de energia em uma economia crescentemente “verde” para a acumulação de competências corporativas e de conhecimento. As prioridades abrangem oportunidades identificadas em petróleo e gás e em energias renováveis, como etanol, eólica, solar e carvão vegetal.

Para a exploração de oportunidades na área de energia, o país conta com um conjunto de empresas públicas e privadas de grande porte. Atuando na prospecção, refino e distribuição de petróleo e gás, na geração, transmissão e distribuição de energia hidroelétrica e/ou na produção e distribuição de biocombustíveis, essas empresas, a partir de inovações organizacionais e de diversificações corporativas (rumo a energias renováveis, por exemplo), podem desenvolver novas competências, adensar cadeias produtivas e aumentar sua presença externa.

Diretriz Setorial 4 – Diversificação das Exportações (mercados e produtos) e Internacionalização Corporativa, com foco nos seguintes objetivos:

- > Promoção de produtos manufaturados de tecnologias intermediárias e de fronteira intensivos em conhecimento.
- > Aprofundamento do esforço de internacionalização de empresas nacionais líderes em *commodities* para empresas líderes com capacidade de diferenciação de produto, agregação de valor e acesso a novas tecnologias.
- > Enraizamento de empresas estrangeiras objetivando a instalação de centros de P&D no país para a adoção das melhores práticas produtivas .

A questão da diversificação das exportações está estreitamente relacionada à criação de novas competências, à identificação de

oportunidades tecnológicas e de negócios, à diversificação energética e à capacitação tecnológica de fornecedores do Complexo de Saúde, de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) e da Indústria Espacial e de Defesa. Esse esforço de diversificação é também conexo à estratégia de internacionalização de grandes empresas nacionais. O caminho da internacionalização via investimentos diretos em novas plantas, fusões e aquisições tem seguido a lógica imediata das vantagens comparativas do país em produtos primários e insumos industriais, baseados em atividades intensivas em recursos naturais, como a produção de carnes, papel e celulose, mineração, siderurgia e agroindústria. Essa tem sido uma trajetória importante para a consolidação das vantagens estabelecidas, que começa com investimento direto estrangeiro em representações comerciais, avança para inserções na rede de distribuição e se firma na compra de ativos produtivos. O passo adiante requer a extensão do esforço de internacionalização a exportadores consolidados em setores intensivos em escala, com capacidade de diferenciação de produtos, maior agregação de valor e elevado tempo de permanência no comércio exterior, porém ainda avessos ao risco de estabelecimento de bases operacionais fora do país. Outro aspecto relevante da internacionalização é o uso do Plano Brasil Maior para fortalecer o enraizamento de empresas estrangeiras e a instalação de centros de P&D no país para a adoção das melhores práticas produtivas.



Diretriz Setorial 5 – Consolidação de Competências na Economia do Conhecimento Natural: utilização dos avanços proporcionados pela economia do conhecimento para ampliar o conteúdo científico e tecnológico dos setores intensivos em recursos naturais.

As orientações do Plano Brasil Maior para a construção de atributos competitivos que viabilizem uma trajetória de crescimento sustentável e inclusivo, impulsionado pela inovação tecnológica, leva em consideração o fato de que o Brasil é um país rico em recursos naturais e biodiversidade. A combinação da economia do conhecimento com a disponibilidade de bens naturais em abundância confere ao Brasil uma situação singular. Quanto mais estreito o vínculo entre a capacidade científica e tecnológica e o aproveitamento sustentável de recursos naturais maior a possibilidade de desenvolvimento de vantagens competitivas em segmentos mais intensivos em conhecimento. Desenvolver o conhecimento tecnológico aplicado à natureza é uma diretriz fundamental para a geração de valor agregado.

2.1 A dimensão sistêmica

A dimensão sistêmica, de natureza horizontal e transversal, destina-se a orientar ações que visam, sobretudo:

- A redução de custos sistêmicos e o aumento da eficiência e produtividade agregada da economia nacional, objetivando promover bases mínimas de isonomia das empresas brasileiras em relação a seus principais concorrentes internacionais.
- A consolidação do Sistema Nacional de Inovação Brasileiro, pela evolução de competências científicas e tecnológicas da fronteira de conhecimentos em direção à matriz tecnológica mundial.

As medidas a serem implementadas pelo Plano estão circunscritas à

política industrial, tecnológica, de serviços e de comércio exterior, ainda que construídas em consonância com a política macroeconômica em suas esferas monetária, fiscal e cambial. Nesse sentido, a dimensão sistêmica articula-se à dimensão estruturante e suas diretrizes setoriais e é pautada pelos oito grandes temas detalhados seguir:

1 – Comércio Exterior. Envolve medidas de curto, médio e longo prazo, abrangendo (i) desenvolvimento, financiamento e promoção do comércio exterior de bens e serviços, incluindo melhoria nos instrumentos financeiros e tributários de estímulo às exportações disponíveis; (ii) defesa comercial, consolidação e harmonização de regras tarifárias; (iii) facilitação do comércio; (iv) estímulo à internacionalização de empresas nacionais por meio de investimento direto no exterior para ampliação de mercados e acesso a novas tecnologias; (v) atração de centros de pesquisa e desenvolvimento de empresas estrangeiras para o país.

Essas orientações gerais direcionam ações de apoio às iniciativas de fortalecimento da competitividade, diversificação das exportações, internacionalização das empresas nacionais e enraizamento de





empresas estrangeiras no país, envolvendo esforços de fortalecimento e modernização dos órgãos de comércio exterior competentes.

2 – Incentivo ao Investimento. Objetiva a redução do custo do investimento no país, pelo uso de instrumentos financeiros, tributários e regulatórios que (i) facilitem o acesso a financiamento de longo prazo em condições de prazos e taxas de juros compatíveis com os níveis internacionais; (ii) eliminem ou reduzam substantivamente os encargos tributários sobre o investimento; (iii) reduzam o custo dos encargos trabalhistas da folha de pagamentos; (iv) melhorem o ambiente de negócios; (v) promovam a modernização e a simplificação dos procedimentos de registro e legalização de empresas.

3 – Incentivo à Inovação. A situação atual oferece ao país um excelente ponto de partida para um processo de alcance tecnológico apoiado no fortalecimento da atividade científica e tecnológica, de forma a atingir a escala crítica de externalidades positivas na geração de conhecimento. As políticas em curso devem ser aprofundadas, buscando maior inserção em áreas tecnológicas emergentes, o que envolve movimentos de diversificação de grandes empresas domésticas e criação de novas empresas para explorar oportunidades tecnológicas latentes. A articulação entre políticas de ciência e tecnologia e políticas industriais, de modo a construir novas empresas ou fomentar

a diversificação de atividades de empresas existentes em setores ainda relativamente frágeis (saúde, TIC e tecnologias emergentes, como nanotecnologia e biotecnologia), deve ser uma referência para o fortalecimento do sistema público de financiamento e estímulo à inovação. As ações devem visar o aprimoramento do amplo aparato de incentivo à inovação já existente, envolvendo fortalecimento das agências de fomento, aperfeiçoamento da legislação e articulação/flexibilização institucional. As propostas da Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI) 2011-2014, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), devem ser o cerne dos esforços de incentivo à inovação do Plano Brasil Maior.

A respeito dessa interlocução, cumpre destacar que são muitas as intersecções entre o Plano Brasil Maior e a ENCTI, tanto no que tange ao arcabouço teórico que fundamentou a construção das duas políticas públicas como no que diz respeito às estratégias e focos definidos e às metas e medidas estipuladas. Em ambas as propostas, é patente a preocupação com: (i) o investimento em inovação produtiva para a superação de defasagens tecnológicas e o enfrentamento do processo de substituição por importações; (ii) a formação e qualificação de recursos humanos; (iii) o fomento aos setores intensivos em conhecimento; (iv) a indução da produção mais limpa; (v) a necessidade de diversificação da pauta de exportações e de promoção da internacionalização; (vi) o uso do poder de compra do Estado como indutor da inovação, ampliação do acesso a bens e serviços e melhoria da qualidade de vida da população.

4 – Formação e Qualificação Profissional. As demandas por mão de obra qualificada e formação profissional estão crescendo a taxas bem superiores à do crescimento da economia. Além disso, a abrangência e o perfil de formação profissional não correspondem à

ênfase no crescimento baseado na inovação. No Brasil, ainda é baixa a escolaridade e inadequado o perfil de formação dos jovens que vão ingressar no mercado de trabalho. No caso particular da inovação, os mecanismos de incentivo existentes não são suficientes para apoiar a formação e manutenção de pessoal qualificado para gerir e operacionalizar a P&D nas empresas.

As orientações que contribuem para corrigir essa trajetória podem ser extraídas do amplo esforço do governo federal (MEC/CAPES) para enfrentar o desafio da educação no país. Nesse sentido, o Plano apóia-se em três programas federais voltados para o ensino técnico profissionalizante e de estímulo às engenharias: (i) Programa Nacional de Acesso à Escola Técnica (PRONATEC); (ii) Plano Nacional Pró-Engenharia; e (iii) Programa Ciência sem Fronteiras.

Adicionalmente, o Senai/CNI, com apoio do Governo Federal, inicia um grande esforço de ampliação e construção de novos centros de pesquisa e de formação profissionalizante, conforme as novas necessidades da indústria nacional.

5 – Produção Sustentável. Orienta o estabelecimento de estratégias e ações em: (i) *ecodesign*, em busca de melhorias de produtos e processos para a produção mais limpa; (ii) construção modular para a redução de resíduos em obras de construção civil; (iii) definição de critérios de sustentabilidade para edificações; (iv) apoio ao desenvolvimento de cadeias de reciclagem (em consonância com a Política Nacional de Resíduos Sólidos); (v) desenvolvimento regional sustentável a partir de competências e recursos disponíveis localmente, cujos parâmetros devem se adequar ao macrozoneamento ecológico-econômico do país; (vi) estímulo ao desenvolvimento e à adoção de fontes renováveis de energia pela indústria (em consonância com a Política Nacional de

Mudança do Clima e com as iniciativas de conservação e otimização do uso de energia previstas na Política Nacional de Energia).

6- Competitividade de Pequenos Negócios. O Plano Brasil Maior contempla o apoio ao Microempreendedor Individual (MEI) e às Micro e Pequenas Empresas (MPEs), por meio de: (i) ampliação do acesso ao crédito para capital de giro e investimento; e (ii) preferência local nas compras públicas, em consonância com a legislação vigente.

A dimensão territorial do MEI e das MPEs é constituída pelo desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais (APLs).

7- Ações Especiais em Desenvolvimento Regional. Visam inserir o Plano Brasil Maior no território em todas as unidades da Federação, por meio da mobilização institucional e da articulação entre agentes públicos e privados. As oportunidades oferecidas pelas ações e programas do Plano Brasil Maior dependem da atitude protagonista dos atores e do esforço de articulação e coordenação com as políticas territoriais em vigor, especialmente a Política de Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR (coordenada pelo Ministério da Integração Nacional - MI), os Territórios da Cidadania (coordenados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA), o Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais – GTP APL/MDIC, a Rede Nacional de Informações sobre Investimentos – RENAI/MDIC e a Rede Nacional de Política Industrial – RENAPI/ABDI. O modelo de



política para APLs leva em consideração: (i) a interação das prioridades estipuladas nos planos de desenvolvimento nacional, regionais e locais, com foco no aumento da competitividade das empresas de forma sustentada no longo prazo; (ii) a capacidade de estimular o acúmulo de conhecimento e inovação, reproduzindo-os de maneira sustentável na produção de bens e serviços; e (iii) a articulação institucional e as parcerias público-privadas, tendo em conta as dimensões do território, as diferenças culturais, sociais e ambientais, bem como as diferenças econômicas e político-institucionais. As redes nacionais de atuação no território, por sua vez, também estruturam conexões fundamentais para o desenvolvimento regional, promovendo a articulação de agentes e instituições, permitindo o compartilhamento de experiências e viabilizando o acesso a informações e recursos críticos para a implementação de estratégias de desenvolvimento.

8 – Bem-Estar do Consumidor. Focalizando a ampliação do volume e da qualidade da oferta de bens e serviços ao consumidor, incorpora preocupações com (i) acessibilidade e comodidade, baseadas em modelos de negócios e condições de créditos mais adequados ao consumidor; (ii) conformidade aos padrões e normas mundiais, contemplando especialmente os regulamentos relativos a saúde, segurança e sustentabilidade ambiental; e (iii) ampliação da variedade de produtos e serviços, melhoria logística e eficiência na cadeia de suprimentos.

Busca-se prover condições favoráveis aos segmentos de interface direta com o consumidor para a concretização de todo seu potencial de geração de empregos e riquezas, contribuindo para o crescimento da economia nacional e a melhoria do bem-estar dos cidadãos.

9 – Condições e Relação de Trabalho.



3. ORGANIZAÇÃO SETORIAL DO PLANO BRASIL MAIOR

De modo a apoiar a formatação dos programas e projetos a partir das diretrizes setoriais, os setores estão organizados em cinco blocos, em função de suas especificidades técnicas e da sua capacidade de transformação da estrutura industrial e de serviços especializados. Conforme mencionado anteriormente, esses blocos chamam a atenção para características setoriais relevantes para o Plano e ajudam a ordenar o processo de formulação de propostas temáticas de programas e projetos que envolvam mais de um setor.

3.1 Blocos de Sistemas Produtivos

Bloco 1 Sistemas da Mecânica, Eletroeletrônica e Saúde

Pela grande capacidade de transformação da estrutura produtiva, tanto em função de seu poder de difusão de inovações quanto devido ao encadeamento das relações intersetoriais, os seguintes setores, cadeias e complexos compõem o primeiro bloco:

- > Cadeia de suprimento de Petróleo & Gás e Naval
- > Complexo da Saúde (fármacos e equipamentos médico-hospitalares)
- > Automotivo
- > Aeronáutica e Espacial
- > Bens de Capital
- > Tecnologias de Informação e Comunicação
- > Complexo Industrial da Defesa

Bloco 2 Sistemas produtivos intensivos em escala

O Bloco 2 inclui setores caracterizados por atividades intensivas em escala de fluxo contínuo.

- > Químicos
- > Fertilizantes
- > Bioetanol
- > Minero-Metalúrgico
- > Celulose e Papel

No caso das atividades intensivas em escala de fluxo contínuo já consolidadas (Minero-Metalúrgico e Papel e Celulose), com elevado nível de maturação e consolidação, identifica-se grande relevância na pauta de exportações do país, o que justifica seu maior peso em algumas diretrizes e iniciativas específicas. Os setores Químico, de Fertilizantes e de Bioetanol, por sua vez, possuem fortes estruturas corporativas de capital nacional e estrangeiro, mas ainda não realizaram inteiramente o seu potencial produtivo em muitos elos de suas cadeias. Para tanto, é preciso promover esforços de adensamento e agregação de valor.



Bloco 3 Sistemas produtivos intensivos em trabalho

Os setores intensivos em trabalho são os maiores geradores de emprego da indústria brasileira e congregam o maior número de micro, pequenas e médias empresas (MPMEs). Muitos deles têm sido fortemente atingidos pela concorrência externa. Destacam-se, neste bloco:

- > Plásticos
- > Calçados e Artefatos
- > Têxtil e Confecções
- > Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos (HPPC)
- > Móveis
- > Brinquedos
- > Construção Civil

Embora componham um só bloco, os sistemas produtivos incluídos são heterogêneos. No caso de Calçados e Artefatos, Têxtil e Confecções, Móveis e Brinquedos, a Diretriz Setorial 1 (Fortalecimento das Cadeias Produtivas) é particularmente relevante. Plásticos e HPPC, por sua vez, possuem grande potencial de crescimento na perspectiva da Diretriz Setorial 2 (Ampliação e Criação de Novas Competências Tecnológicas e de Negócio), envolvendo, no primeiro caso, realinhamentos da estrutura de custos na cadeia química e, no segundo, estabilidade e ambiente jurídico adequado para acesso à biodiversidade. Existem, finalmente, grandes oportunidades de negócios e de desenvolvimento tecnológico para a Construção Civil, liderados pelos grandes investimentos do

Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do Minha Casa Minha Vida e do Pré-Sal.

Bloco 4 Sistemas produtivos do agronegócio

A base técnica das indústrias a montante da agropecuária determina, em grande parte, a trajetória tecnológica dos produtos finais do complexo agroindustrial. Os componentes da química e de desenvolvimento de variedades genéticas desempenham um papel particularmente relevante nesse sentido. A ênfase será dada aos setores sob liderança de empresas de capital nacional:

- > Carnes e Derivados
- > Cereais e Leguminosas
- > Café e Produtos Conexos
- > Frutas e Sucos
- > Vinhos

Bloco 5 Comércio, logística e serviços

Este bloco é constituído pelos segmentos de atividade terciária da esfera da distribuição e do consumo:

- > Comércio e Serviços Pessoais
- > Logística
- > Serviços Produtivos

Os sistemas desse bloco têm significativo acúmulo de ativos de distribuição e capacidade corporativa. Pelas dimensões continentais

do país, constituem setores críticos para a consolidação e eficiência sistêmica da integração do mercado nacional e ampliação de competências no mercado internacional.

3.2 Competências empresariais e competitividade

Os programas a serem detalhados no âmbito do Plano Brasil Maior manejarão instrumentos voltados para o estímulo do investimento em inovação de natureza produtiva, tecnológica, organizacional e corporativa, orientado para ganhos dinâmicos de produtividade e ampliação dos níveis de competitividade. A adequação desses instrumentos às especificidades setoriais e empresariais é uma preocupação recorrente do Plano, que prevê soluções diferenciadas e aderentes às particularidades identificadas.

O desenho focalizado no aumento de competitividade e nas janelas de oportunidade em novas tecnologias e negócios justifica uma classificação empresarial baseada no critério de liderança, segundo competências produtivas, tecnológicas e organizacionais.



A identificação das empresas define com muito mais clareza o alvo dessa política pública, melhorando substantivamente a eficácia de sua implementação e os efeitos esperados sobre as cadeias produtivas.

Uma vez que o Brasil Maior prevê a aplicação de ferramentas adequadas a especificidades, a classificação de empresas perpassará o desenho dos programas e projetos e será fundamental para a sua operacionalização.

Classificação de Empresas

> Empresas Líderes: (i) Inovam em produto para o mercado e exportam com preço prêmio e/ou, (ii) inovam em processo para o mercado, exportam e apresentam menor relação custo/faturamento no seu setor industrial;

> Empresas Seguidoras: (i) demais exportadoras não líderes ou, (ii) empresas que têm produtividade (valor da transformação industrial por trabalhador) igual ou superior às exportadoras não líderes no seu setor industrial;

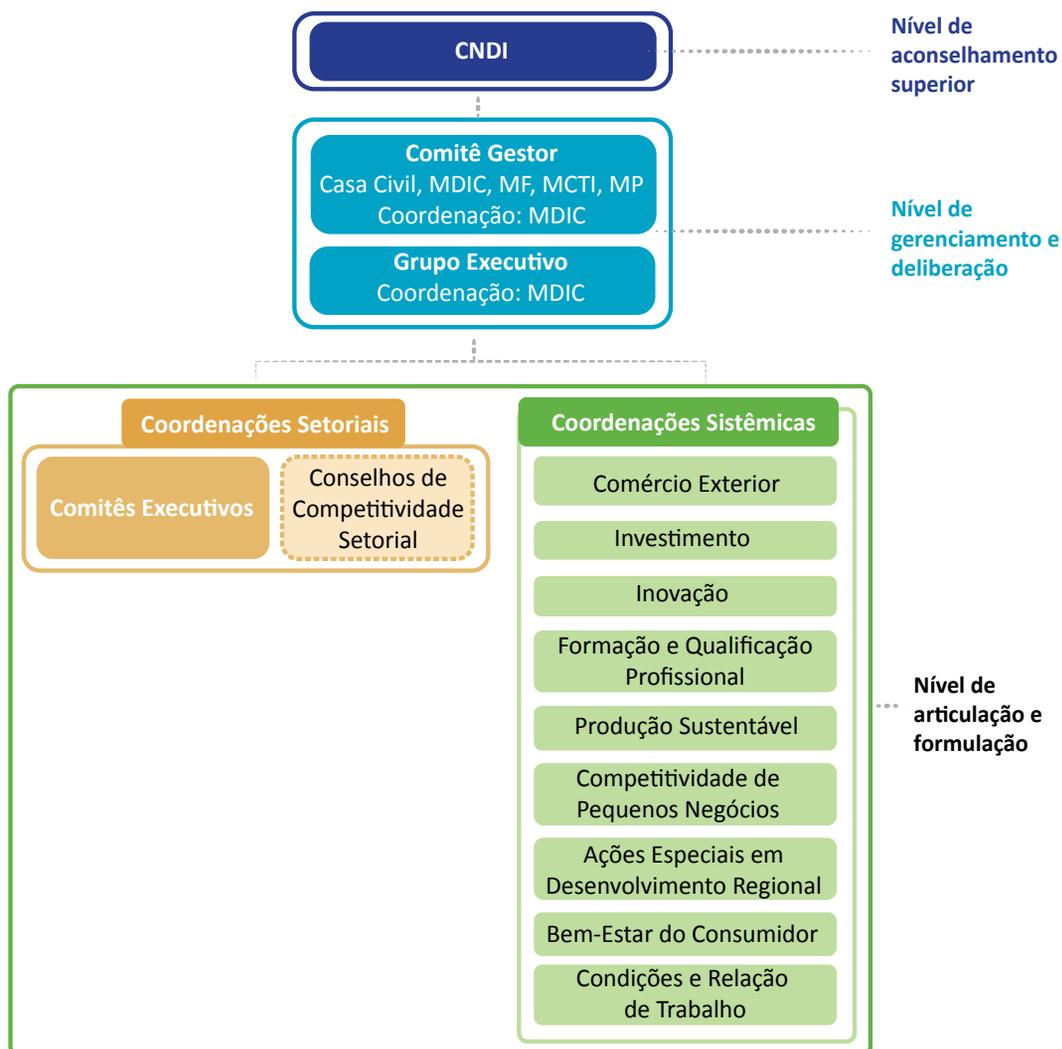
> Empresas Emergentes: empresas não classificadas como líderes e seguidoras, logo não exportadoras, que investem continuamente em P&D, inovam em produto para o mercado mundial ou possuem laboratórios de P&D. São predominantemente Pequenas e Médias Empresas (PMEs).

> Empresas em Desenvolvimento: firmas que não exportam e não realizam esforço sistemático de P&D, fortemente representadas por PMEs voltadas para o mercado interno, em geral regional ou local.

4. ESTRUTURA OPERACIONAL DO PLANO BRASIL MAIOR

Do ponto de vista operacional, o Brasil Maior estrutura suas instâncias em três níveis: (i) articulação e formulação; (ii) gerenciamento e deliberação; e (iii) aconselhamento superior.

Figura 2: Sistema de Gestão



Nível de Articulação e Formulação: Comitês Executivos, Conselhos de Competitividade Setorial e Coordenações Sistêmicas

O nível de articulação e formulação é a base institucional para a concertação intragovernamental e a articulação entre o governo, o setor privado e a sociedade civil. No âmbito governamental, os Comitês Executivos Setoriais constituem a linha de base. Em permanente interação com os Conselhos de Competitividade correspondentes (instâncias de diálogo público-privado), os Comitês têm como atribuição a formulação e a implementação de uma agenda de trabalho setorial para o desdobramento dos objetivos e da orientação estratégica do Plano nas respectivas cadeias de valor. Antes de apresentar suas proposições para o Grupo Executivo do Plano Brasil Maior, o gestor de cada Comitê Executivo deverá interagir com o Conselho de Competitividade correspondente, recolhendo contribuições e buscando convergências, de modo a garantir que as reivindicações e propostas do setor privado sejam analisadas e efetivamente consideradas, quando adequadas às orientações estratégicas.

As Coordenações Sistêmicas, por sua vez, têm como finalidade subsidiar o Grupo Executivo na definição de ações transversais do Plano.

Nível de Gerenciamento e Deliberação: Comitê Gestor e Grupo Executivo

O Comitê Gestor (CGPBM) será integrado pelos titulares dos seguintes órgãos: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), que o coordenará; Casa Civil da Presidência da República; Ministério da Fazenda (MF), Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) e Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). Compete ao CGPBM, fundamentalmente: (i) aprovar programas relativos ao Plano, bem como as metas e indicadores; (ii) acompanhar e supervisionar a implementação do Plano; (iii) promover a articulação entre as ações do Plano e entre essas e as demais ações transversais

do Governo Federal; (iv) avaliar o desempenho do Plano e determinar ajustes pertinentes ao Grupo Executivo; (v) dispor sobre a estrutura e o funcionamento dos Conselhos de Competitividade Setoriais e dos Comitês Executivos; e (vi) aprovar o Regimento Interno do Grupo Executivo.

O nível de gerenciamento e deliberação conta ainda com o Grupo Executivo (GEPBM), constituído por sete representantes institucionais: MDIC (que o coordenará), Casa Civil, MP, MF, MCTI, Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP). A interlocução do GEPBM com as instâncias setoriais e as coordenações sistêmicas assegura o acesso a informações e propostas que sustentam a tomada de decisões. Compete ao GEPBM, fundamentalmente: (i) articular, consolidar e supervisionar os programas e as ações do Plano; (ii) criar Conselhos de Competitividade Setorial, Comitês Executivos e Coordenações Sistêmicas, designar seus membros e definir suas competências; (iii) receber e avaliar as propostas de criação e revisão dos programas e ações apresentados pelas instâncias setoriais e coordenações sistêmicas; (iv) criar e implementar o Sistema de Acompanhamento dos Programas e Ações (SAP/PBM); e (v) elaborar relatórios de monitoramento e avaliação.

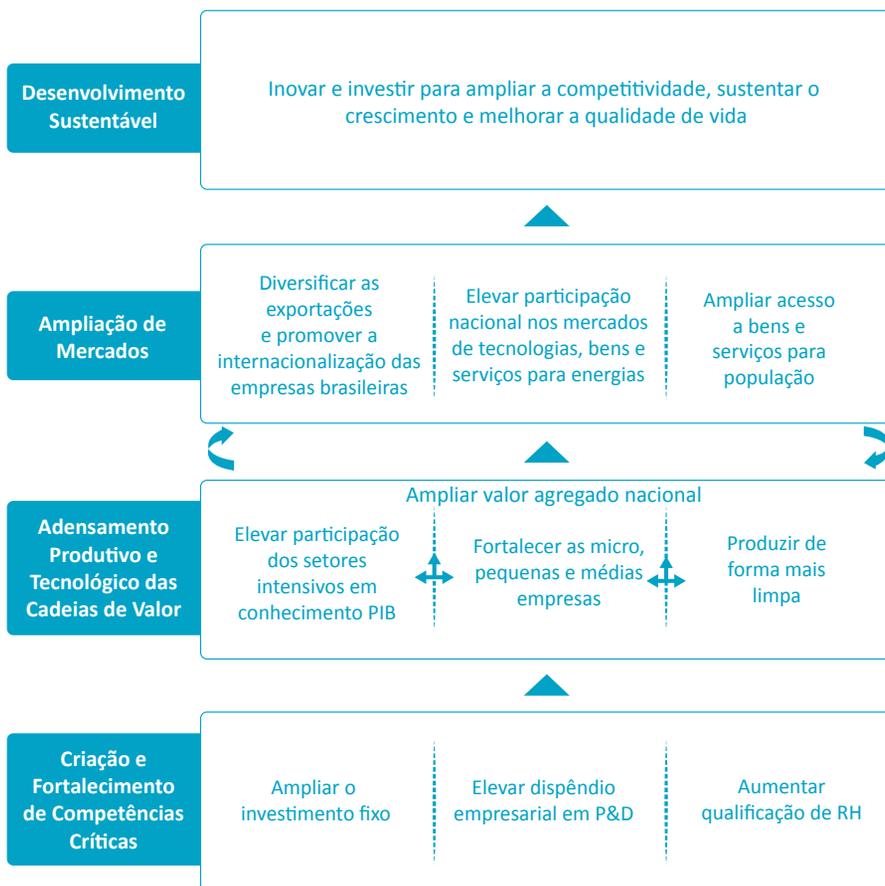
Nível de Aconselhamento Superior

O CNDI, formado por 17 Ministros de Estado, pelo Presidente do BNDES e por 18 representantes da sociedade civil, é a instância superior de aconselhamento institucional do Plano Brasil Maior. Cabe ao colegiado estabelecer as orientações estratégicas gerais, subsidiando as atividades do sistema de gestão.

*A ABDI fornecerá apoio técnico na execução dos trabalhos do CNDI, do CGPBM e do GEPBM para a consecução dos objetivos do Plano Brasil Maior.

5. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS E METAS

A partir das diretrizes estruturantes e dos temas estabelecidos na dimensão sistêmica foram definidos objetivos estratégicos que nortearam a construção de um conjunto de indicadores e metas destinados a orientar a execução e o monitoramento do Plano Brasil Maior.



- 1. Ampliar o investimento fixo em % do PIB**
 - > Posição Base (2010): 18,4%
 - > Meta: 22,4%
- 2. Elevar dispêndio empresarial em P&D em % do PIB**
 - > Posição Base (2010): 0,59%
 - > Meta: 0,90% (Meta compartilhada com ENCTI)
- 3. Aumentar qualificação de RH: % dos trabalhadores da indústria com pelo menos nível médio**
 - > Posição Base (2010): 53,7%
 - > Meta: 65%
- 4. Ampliar valor agregado nacional: aumentar Valor da Transformação Industrial/ Valor Bruto da Produção (VTI/VBP)**
 - > Posição Base (2009): 44,3%
 - > Meta: 45,3%
- 5. Elevar % da indústria intensiva em conhecimento: VTI da indústria de alta e média-alta tecnologia/VTI total da indústria**
 - > Posição Base (2009): 30,1%
 - > Meta: 31,5%
- 6. Fortalecer as MPMEs: aumentar em 50% o número de MPMEs inovadoras**
 - > Posição Base (2008): 37,1 mil
 - > Meta: 58,0 mil

7. Produzir de forma mais limpa: diminuir consumo de energia por unidade de PIB industrial (consumo de energia em tonelada equivalente de petróleo - tep por unidade de PIB industrial)

- > Posição Base (2010): 150,7 tep/ R\$ milhão
- > Meta: 137,0 tep/ R\$ milhão (estimativa a preços de 2010)

8. Diversificar as exportações brasileiras, ampliando a participação do país no comércio internacional

- > Posição Base (2010): 1,36%
- > Meta: 1,6%

9. Elevar participação nacional nos mercados de tecnologias, bens e serviços para energias: aumentar Valor da Transformação Industrial/ Valor Bruto da Produção (VTI/VBP) dos setores ligados a energia

- > Posição Base (2009): 64,0%
- > Meta: 66,0%

10. Ampliar acesso a bens e serviços para qualidade de vida: ampliar o número de domicílios urbanos com acesso a banda larga (PNBL)

- > Posição Base (2010): 13,8 milhões
- > Meta: 40 milhões de domicílios (Meta PNBL)

BRASIL MAIOR
Inovar para competir. Competir para crescer.

PIB
PLANO DE INOVAÇÃO DO BRASIL

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAIS RICO E PAIS SEM POBREZA

www.mdic.gov.br/brasilmaior

BRASIL MAIOR

Inovar para competir. Competir para crescer.

PIB

PLANO DE INOVAÇÃO DO BRASIL

GOVERNO FEDERAL

BRASIL

PAÍS RICO E PAÍS SEM POBREZA

www.mdic.gov.br/brasilmaior